

## ***Uma avaliação do Mercosul e propostas de ação***

Esse texto que está sendo apresentado a todos delegados e delegadas da Cumbre Sindical Mercosul 2000, tem como objetivo principal coletivizar as informações e avaliação política das centrais sindicais que integram a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS sobre o estágio atual do processo de integração econômica e comercial que envolvem nossos países, avaliando não só seus impactos econômicos, sociais e políticos sobre nossas sociedades, principalmente a classe trabalhadora, mas também os fatos que surgiram nesta última semana, mais especificamente a possibilidade de adiantamento do processo da ALCA, que poderá significar a diluição e abandono de formação de um bloco dos países da América Latina, fragilizando-os mais nas relações com o sistema econômico mundial e, desta forma, agravando ainda mais o quadro social que vivemos.

Além dessa análise, esse texto informará os instrumentos de proteção laboral e os espaços de participação e de negociação que temos conquistado, que poderão se transformar em ferramentas concretas para o avanço social se respaldados pela força da organização e ação sindical.

O que pretendemos é que esse informe possa ser uma base para a aprovação de um conjunto de propostas a serem assumidas pelo movimento sindical do Cone Sul, aqui representado pelas centrais sindicais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguay e Uruguay, para desta forma fortalecermos e ampliarmos a capacidade de organização e de pressão da classe trabalhadora da região para uma profunda alteração nos rumos políticos que estão sendo dados ao Mercosul e a adoção de um modelo de desenvolvimento integrado e complementar que promova e garanta: Emprego, salário e proteção social.

### **Mercosul : como e porque foi criado; o que poderia ser e em que está se transformando.**

Quando o Mercosul foi negociado em 1991, foi apresentado como um instrumento para integrar o comércio e produção dos 4 países, aumentando assim sua capacidade de escala e de exportação para terceiros mercados, o que viabilizaria a atração de investimentos externos e a geração de divisas para cumprir com os compromissos da dívida externa e sair da crise que a América Latina havia vivido na década de 80.

Essa análise foi feita e explicitada pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, que em dezembro de 1991 fez seu primeiro pronunciamento público alertando para as consequências negativas que o Mercosul poderia gerar se construído sob essa ótica. Mas, além disso a CCSCS apoiou a proposta a construção de um mercado comum na América Latina, começando pelo Cone Sul, e apresentou uma série de propostas para que esse pudesse ser um instrumento de implementação de um modelo de desenvolvimento que integrasse e complementasse as economias dos 4 países e, como bloco, fortalecesse sua capacidade de negociação comercial e seu relacionamento com os países centrais e os organismos econômicos e financeiros multilaterais.

Não só nenhuma de nossas propostas foi considerada como, quando se assinou o Protocolo de Ouro Preto em 1994, que instalou a zona de livre comércio e o processo de implantação da União Aduaneira (ou seja um bloco comercial integrado entre si e com uma política comercial externa comum), a integração de políticas e o aprofundamento da integração que seria necessário para cumprir as metas estabelecidas pelo Tratado de Assunção foram deixados de lado, pois na prática colidiam com os modelos de ajuste neoliberal que haviam sido adotados naquele período, principalmente pela Argentina e o Brasil (sobrevalorização cambial, privatizações e redução do papel do Estado) e a construção de um mercado comum foi substituída em termos concretos por um acordo comercial aberto a associações de livre comércio com outros blocos. Nesse mesmo ano os Presidentes dos países das Américas aprovam em Miami a proposta do governo norte-americano de criação da ALCA e em 1995 se estabelecem as primeiras negociações entre o Mercosul e a União Européia.

A opção dos governos de deixar que a livre competição comercial estabelecesse as regras de funcionamento do mercado intra-bloco e a promoção de medidas para atrair novos

investimentos externos (taxas de juros, câmbio, subsídios, etc) transformou o Mercosul num bloco comercialmente deficitário em relação aos países centrais e cada vez mais dependente do sistema financeiro internacional.

Ou seja a pressão dos planos internos de estabilização - que se assentam no tripé economia aberta, desregulação do Estado e política cambial de sobre-valorização - e os compromissos que vêm sendo assumidos por acordos comerciais externos - de natureza apenas comercial, principalmente a ALCA - levam a que o Mercosul mantenha a política de não integração macroeconômica; de baixíssimo nível de institucionalidade e ausência de organismos supranacionais; de ausência de elementos reguladores da concorrência e garantem a total liberdade ao mercado (e não políticas regionais industrial/agrícola, de investimentos e fiscal) para promover a complementaridade produtiva e as especializações comerciais – acentuando assim as características descritas acima.

Por isso, quando vieram as crises russa e asiática, as economias da Argentina e do Brasil entraram em recessão iniciando uma crise comercial dentro do Mercosul que se acirrou com a desvalorização do real, tendo sido as duas economias menores, Paraguay e Uruguay, as que sofreram os maiores impactos do retrocesso comercial que se registrou em 1999. Depois de um quase rompimento político, que levou à estagnação das negociações, foram adotadas medidas temporárias e ao final desse ano os Presidentes decidiram promover o “Relançamento” do Mercosul, visando refundar e aprofundar o processo de integração.

No início de 2000 a agenda de Relançamento foi acordada visando a eliminação dos entraves que ainda impediam o livre comércio pleno, o estabelecimento de medidas comuns para garantir a estabilidade econômica-financeira - para impedir que crises externas ou nacionais gerassem novos problemas - e a consolidação do Mercosul como uma base exportadora, através da adoção de medidas para a complementação de cadeias produtivas que pudessem aumentar as exportações do bloco para terceiros mercados.

Na metade do ano o anunciado Relançamento acabou se resumindo à criação de um grupo ligados aos ministérios de economia para harmonizar e adotar metas comuns para diminuir e nivelar o déficit fiscal, a dívida pública e os índices de inflação - ou seja, como cumprirão com as medidas de ajuste determinadas pelos acordos com o FMI – e uma agenda de 11 pontos voltados à eliminação dos entraves comerciais e fronteiriços, regimes de convergência tarifária temporários, nova regulamentação para as zonas francas e criação de um fundo de financiamento (com base no Fonplata, BNDES, BID e captação de capital privado) de incentivo aos investimentos na produção. Até o momento no entanto, salvo a harmonização de estatísticas e o estabelecimento de metas fiscais e a negociação do acordo automotivo (ainda com problemas) a maioria dessas medidas não saiu do papel.

Mas mesmo assim, nesse ano de 2000 o volume de transações comerciais voltou a crescer e poderá superar o de 1998 (mais 21 bilhões de dólares). Porque isso acontece?

Mais de 70% do comércio está concentrado entre Brasil e Argentina, 70% do comércio é dirigido (ou seja comércio efetuado pelo Estado, como a importação do petróleo) e 36% das transações comerciais são intra-empresas – ou seja entre empresas de um mesmo grupo ou empresas associadas. Na realidade não existe livre comércio mas sim liberdade de comércio entre grandes grupos empresariais, as pequenas empresas respondem apenas por 2% do volume comercializado e as médias empresas estão disputando entre si os mesmos mercados nacionais.

Por isso o grande capital financeiro, comercial e industrial instalado no Mercosul pressionou abertamente os governos para que solucionasse os impasses e retomasse as negociações para a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias que ainda persistem. A consolidação da zona de livre comércio é parte fundamental das estratégias desses grupos econômicos que nesses últimos anos regionalizaram suas transações comerciais e em alguns casos estabeleceram redes de produção cada vez mais vinculadas às suas estratégias globais. Isso tem trazido como consequência o crescimento das importações de terceiros mercados, a desnacionalização dos processos de produção de vários segmentos produtivos (indústrias automobilística, eletro-eletrônica, informática, etc) e a continuidade das privatizações de

serviços essenciais como telecomunicações e energia, que têm passado às mãos de empresas multinacionais, o que tem significado o encarecimento desses serviços e a restrição de seu uso para uma parte cada vez maior da população.

O desafio que está colocado para todas nossas organizações sindicais, nacionais e setoriais, é conseguir que os temas sócio-laborais tenham a mesma prioridade que as políticas econômicas e aduaneiras já têm e não permitir que essas fiquem subordinadas às metas do ajuste neoliberal.

A ausência de políticas integradas regionalmente no campo produtivo, fiscal e social permitem às empresas transnacionais uma atuação regional, deslocando empresas e produção de um país a outro sem nenhuma contrapartida ou responsabilidade pelo ônus social que podem causar. E mais ainda, para se instalar e/ou permanecer em nossos países grandes grupos empresariais nacionais e multinacionais vêm exigindo subsídios e vantagens fiscais e pressionando cada vez mais pela redução dos custos do trabalho.

Para isso nossos governos têm fomentado e efetivado medidas e reformas visando a privatização dos serviços públicos e sociais de saúde, a privatização dos sistemas de aposentadoria, a flexibilização e retirada de direitos trabalhistas, fomentando políticas de debilitamento do movimento e estrutura sindical, realidade vivida em praticamente todos os países da América Latina.

A consequência dessas políticas têm sido o aumento do desemprego, da pobreza, o crescimento do trabalho informal e da exploração do trabalho infantil e da marginalização social de grande parcela de nossos povos que tem sido privada de seus direitos básicos como a saúde, a educação. Em outras palavras, o crescimento da exclusão social.

Para o grande capital financeiro e industrial que hegemoniza a economia mundial e os organismos financeiros e comerciais – FMI, OMC – que defendem seus interesses é fundamental não só a eliminação dos entraves comerciais que ainda persistem no interior do Mercosul, mas principalmente que nossos países abram ainda mais suas economias e se integrem em acordos comerciais multilaterais e hemisféricos como a ALCA, garantindo assim o total acesso aos nossos mercados.

Em vários documentos nos últimos anos afirmamos aos governos do Mercosul que aderir à ALCA seria um erro brutal - pois o extremo desequilíbrio econômico e produtivo entre os EUA e Canadá e os demais países da América Latina aprofundariam ainda mais nossa debilidade econômica e social - e que a estratégia de retardar as negociações, sem questionar os termos e desequilíbrios do Acordo e atuar como bloco, sem aprofundar e consolidar um outro modelo de integração, não reverteria esse quadro estrutural e a ALCA seria imposta em total desvantagem para nós. Temos afirmado e reafirmado: para que a estratégia do Mercosul nas negociações da Alca - e também com a União Européia - seja efetiva é necessário adotar medidas que realmente aprofundem a integração de nossas economias, estabeleçam políticas ativas de promoção e financiamento da produção e principalmente promovam o desenvolvimento do mercado regional através de uma política de distribuição de renda e promoção social. Com isto implica uma profunda mudança dos planos de estabilização adotados ao nível nacional, nada se modificou e sobrevivência do bloco é cada dia mais duvidosa.

Os acontecimentos dos últimos meses e dias – a dolarização do Equador, a negociação do acordo de livre comércio entre Chile e Nafta, a proposta dos EUA, Canadá e Chile de adiantamento da instalação da Alca em 2003, que já vinha sendo defendida pelo Uruguai e, nesta semana, conforme noticiou a imprensa, declarações de apoio de altos funcionários dos governos do Brasil e da Argentina - só reforçam o que afirmamos acima. A concretização desses fatos colocará em sérios riscos o futuro do Mercosul e inviabilizará propostas para o seu fortalecimento e transformação.

Com essas constatações no entanto, não queremos ser fatalistas e nem deterministas. Nada está assinado e nada é irreversível. Existem contradições e divergências no seio dos governos e dentro do Mercosul, entre os diferentes segmentos empresariais e dentro dos Parlamentos. Mas não basta explorar contradições, é preciso construir e fortalecer alianças políticas com as

organizações sociais, movimentos populares e os partidos e frentes do campo popular e democrático para pressionar por uma imediata paralisação das decisões em relação a ALCA, para pressionar por uma total mudança da forma como nossos governos vêm atuando nas negociações com os outros blocos e principalmente para pressionar que as diretrizes políticas do Mercosul sejam redirecionadas para a consolidação de uma integração econômica, social e política solidária em todo o continente latino-americano.

É sob essa ótica que defendemos a intensificação das negociações do Mercosul e a Comunidade Andina (que apesar das promessas da reunião de Presidentes em setembro, nada avançaram) e a plena incorporação do Chile e Bolívia nesse processo.

### **Temos conquistas e avanços que precisam ser fortalecidos.**

Apesar do quadro crítico e complicado que descrevemos acima e dos problemas sociais que todos enfrentamos é preciso afirmar e valorizar os instrumentos e espaços que conquistamos nessa década no processo de construção do Mercosul e que temos que conhecer e utilizar para que produzam avanços sociais.

Em primeiro lugar temos que ressaltar a capacidade e a vontade política que tivemos em construir esse processo de coordenação e integração entre nossas organizações sindicais, que em todo esse processo têm atuado de forma unitária e solidária, o que nos permite chegar hoje a esse segundo encontro sindical com a participação de cerca de 700 delegados e delegadas de tantos setores econômicos.

Foi essa unidade e construção paulatina de nossa organização que nos deu base para constante presença e intervenção nos processos de negociação dos temas sociais e laborais, que resultaram na adoção da Declaração Sóciolaboral do Mercosul ao final de 1998, na qual estão incluídos não só os direitos humanos fundamentais, como também outros direitos de âmbito regional, como o diálogo social.

É importante que se diga que apesar da estagnação das diferentes áreas de negociação em 1999 e 2000, não só o subgrupo de relações trabalhistas continuou se reunindo, finalizando a implantação do Observatório do Mercado de Trabalho, de gestão tripartite, que se constituirá numa ferramenta de apoio relevante para nossas demandas na questão do emprego.

Também nesse período a Comissão Sóciolaboral tripartite (criada pela Declaração Sóciolaboral) foi instalada e elaborou seu regimento interno. Em 2001, a Comissão examinará os primeiros 4 informes nacionais sobre o grau de cumprimento dos princípios e direitos que os Estados se comprometeram a cumprir.

Outro instrumento muito importante que pode impulsionar a democratização do Mercosul é o Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul- FCES, aprovado em 1994 e implantado em 1996, no qual a representação sindical tem tido um importante papel, não só para sua construção, mas para que sua agenda priorize temas como políticas de promoção produtiva, do emprego, defesa do meio ambiente, erradicação do trabalho infantil e fortalecimento da interlocução da sociedade junto a organismos de decisão do Mercosul como o GMC.

Para as centrais sindicais está claro que com o avanço do FCES o Mercosul se democratiza e se ampliam os espaços para que a sociedade intervenha no tratamento dos temas centrais da integração, seja no seu plano econômico e social, seja no seu funcionamento institucional, seja no seu relacionamento externo.

Para isso é preciso trazer para dentro do FCES entidades que representem os diferentes movimentos e temas de interesse da sociedade, para que ele possa ser um interlocutor com poder de intervenção nas negociações e a agenda dos governos do Mercosul dê à dimensão social desse processo a prioridade que deve ter. Um exemplo desse potencial é criação do comitê misto integrado pelo Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul - FCES e pelo Comitê Econômico e Social – CES, organismo supranacional de representação da sociedade européia junto aos órgão de governo da União Européia e a própria proposta aprovada pelos Presidentes do Mercosul e da Comunidade Andina de Nações de criara algo similar integrado pelo FCES-Mercosul e os Conselhos Laboral e Empresarial Andinos.

Mas para ter poder de interlocução é preciso ser representativo. Será com ações junto à sociedade do Mercosul que o FCES poderá efetivamente cumprir um papel de representação social e, desta forma, ganhar a influência política que ainda não desfruta junto aos negociadores. Um exemplo disso foi o encontro que o FCES promoveu com as organizações sociais e empresariais da fronteira de Foz de Iguaçu/Ciudad Del Este/Puerto Iguazu, em agosto desse ano de 2000, para ouvir e encaminhar aos governos as dificuldades que ainda persistem para a integração fronteiriça e as soluções propostas pelas entidades que representam a sociedade local.

### **Consolidar nossa organização e avançar em nossa mobilização.**

Podemos dizer que avançamos e conseguimos instrumentos para ampliar nossa pressão política. Mas para poder de fato incidir no curso das negociações e, principalmente na política do Mercosul frente a ALCA, temos que fortalecer muito nossa organização, principalmente a setorial e intensificar uma estratégia de coordenação com o sindicalismo latino-americano e caribenho, bem como da América do Norte (EUA, Canadá e México).

São passos concretos nessa direção que esperamos aprovar nessa Cumbre Sindical Mercosul 2000. Nossa expectativa é que todos os grupos não só debatam o estado em que se encontram os setores econômicos e as empresas e a situação trabalhadores e trabalhadoras que representam, mas que aprovem medidas concretas de ação, tracem metas realistas e viáveis e consolidem vínculos constantes e diretos com a CCSCS para receber informações e incidir diretamente nas propostas e decisões que tomemos.

Queremos nessa plenária aprovar propostas concretas para levarmos ao Foro Social Mundial que se realizará em janeiro em Porto Alegre e fortalecermos assim uma aliança política e social contra essa forma de globalização que nos tem sido imposta.

Queremos aprovar um plano de lutas que pressione os governos do Mercosul à adoção imediata de medidas concretas para a promoção do emprego, a elevação dos salários e a promoção social.

Queremos um Mercosul Social e democrático e queremos fazer nossa a integração de nossos povos e nessa direção realizar uma grande mobilização durante a reunião dos Ministros de Comércio e Economia da ALCA no começo de abril em Buenos Aires para não permitir que os projetos de negociação dos grupos aprovados. Assim como organizar e participar com todo o sindicalismo e organizações sociais das Américas da mobilização que ocorrerá no final de abril em Quebec, para não permitir aos Presidentes que aí vão se reunir a antecipação ou aprovação da Alca

### **COORDENADORA DE CENTRAIS SINDICAIS DO CONO SUR**

### ***Una evaluación del Mercosur y propuestas de acción***

Este texto presentado a todos los delegados y delegadas de la Cumbre Sindical Mercosur 2000, tiene como objetivo principal colectivizar las informaciones y evaluaciones políticas de las centrales sindicales que integran la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur - CCSCS - sobre el estado actual del proceso de integración económica y comercial que involucran a nuestros países, evaluando no sólo sus impactos económicos, sociales y políticos sobre nuestras sociedades, principalmente a la clase trabajadora, sino también los hechos que surgieron esta ultima semana, más específicamente la posibilidad de avance del proceso del ALCA, que podría significar la dilución y abandono de la formación de un bloque de los países de América Latina, fragilizándo los más en las relaciones con el sistema económico mundial y, de esta forma, agravando aún mas el cuadro social que vivimos.

Además de este análisis, este texto informará de los instrumentos de protección laboral y de los espacios de participación y de negociación que tenemos conquistados, que se podrán

transformar en herramientas concretas para el avance social si son respaldados por la fuerza de la organización y la acción sindical.

Lo que pretendemos que este informe pueda ser una base para la provocación de un conjunto de propuestas a ser asumidas por el movimiento sindical del Cono Sur, aquí representados por las centrales sindicales de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, para de esta forma fortalecernos y ampliar la capacidad de organización y de presión de la clase trabajadora de la región para una profunda alteración en los rumbos políticos que están siendo dados al Mercosur y a la adopción de un modelo de desarrollo integrado y complementario que promueva y garantice: Empleo, Salario y Protección Social.

Mercosur: como y por qué fue creado; lo que podría ser y en que se está transformando.

Cuando el Mercosur fue negociado en 1991, fue presentado como un instrumento para integrara el comercio y producción de los cuatro países, aumentando así su capacidad de escala y de exportación para terceros mercados, para viabilizar la atracción de inversiones externas y de generación de divisas para cumplir con los compromisos de la deuda externa y salir de la crisis que América Latina había vivido en la década del 80.

Este análisis fue hecho y explicado por la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur, que en diciembre de 1991 hizo su primer pronunciamiento público alertando sobre las consecuencias negativas que el Mercosur si se construyera sobre esa óptica. Pero, además de eso la CCSCS apoyó la propuesta de construcción de un mercado común en América Latina, comenzando por el Cono Sur, y presentó una serie de propuestas para que ese pudiera ser un instrumento de implementación de desarrollo que integrarse y complementase las economía de los cuatro países y, como bloque, fortaleciera su capacidad de negociación comercial y su relación con los países centrales y los organismos económicos y financieros multilaterales.

No sólo ninguna de nuestras propuestas fue considerada como cuando se firmó el Protocolo de Ouro Preto en 1994, que instaló la zona de libre comercio y el proceso de implantación de Unión Aduanera ( o sea un bloque comercial integrado entre si y con una política comercial externa común), la integración de políticas y la profundización de la integración que sería necesaria para cumplir por el Tratado de Asunción fueron dejadas de lado, porque en la práctica coincidían con los modelos de ajuste neoliberal que habían sido adoptados en aquel período, principalmente por la Argentina y el Brasil (sobreevaluación cambiaria, privatizaciones y reducción del papel del Estado) y la construcción de un mercado común fue sustituido en términos concretos por un acuerdo comercial abierto a asociaciones de libre comercio con otros bloques. En ese mismo año los presidentes de los países de América aprueban en Miami la propuesta del gobierno norteamericano de creación del ALCA y en 1995 se establecen las primeras negociaciones entre el Mercosur y la Unión Europea.

La opción de los gobiernos de dejar que la libre competencia comercial estableciese las reglas de funcionamiento del mercado intra-bloque y la promoción de medidas para atraer nuevas inversiones externas (tasas de intereses, cambio, subsidios, etc.) transformó el Mercosur en un bloque comercialmente deficitario en relación a los países centrales y cada vez mas dependiente del sistema financiero internacional.

O sea, la presión de los planes internos de estabilización – que se asientan en la triple economía abierta, desregulación del Estado y política cambiaria de sobrevaluación – y los compromisos que viene siendo asumidos por acuerdos comerciales externos – de naturaleza sólo comercial, principalmente el ALCA – llevan a que el Mercosur mantenga una política de no integración macroeconómica; de bajísimo nivel de institucionalidad y de ausencia de organismos supranacionales; de ausencia de elementos reguladores de la competencia y garantía total de libertad de los mercados ( y no políticas regionales industrial/ agrícola, de inversiones y fiscales) para promover la complementariedad productiva y la especialización comerciales, acentuando así las características descriptas arriba.

Por eso, cuando sucedieron las crisis rusa y asiática, las economías de Argentina y Brasil entraron en recesión iniciando una crisis comercial dentro del Mercosur que se acentuó con la desvalorización del Real, habiendo sido las dos economías menores, las que sufrieron los mayores impactos de retroceso comercial que se registró en 1999. Después de una casi

ruptura política, que llevó al estancamiento de las negociaciones, fueron adoptadas medidas temporarias y al final de ese año los Presidentes decidieron el “Relanzamiento” del Mercosur, intentando refundar y profundizar el proceso de integración.

Al inicio de 2000 la agenda de Relanzamiento fue acordada intentando la eliminación de los obstáculos que aun impedían el libre comercio pleno, el establecimiento de medidas comunes para garantizar la estabilidad económico-financiera – para impedir que crisis externas o nacionales generasen nuevos problemas – y la consolidación del Mercosur como una base exportadora, a través de la adopción de medidas para la complementación de las cadenas productivas que pudiesen aumentar las exportaciones del bloque para terceros mercados.

En la mitad del año el anunciado Relanzamiento se acabó resumiendo en la creación de un grupo ligado a los ministerios de economía para armonizar y adoptar metas comunes para disminuir y nivelar el déficit fiscal, la deuda pública y los índices de inflación – o sea, como cumplirán las medidas de ajuste determinadas por los acuerdos con el FMI – y una agenda de 11 puntos orientados a la eliminación de las barreras comerciales y fronterizas, regímenes de convergencia tarifaria temporarios, nueva normativa para las zonas francas y creación de un fondo de financiamiento (basado en el Fonplata, BNDES, BID y captación de capital privado) de incentivo a las inversiones en la producción. Hasta el momento, sin embargo, salvo la armonización de estadísticas y el establecimiento de metas fiscales y la negociación del acuerdo automotivo (aún con problemas), las mayoría de esas medidas no ha salido del papel.

Pero aún así, en el año 2000, el volumen de comercio volvió a crecer y podrá superar el de 1998 (más de 21 mil millones de dólares). Cuál es la razón de ese resultado?

Más del 70% del comercio está concentrado entre Brasil y Argentina, 70% del comercio es dirigido (o sea, comercio efectuado por el Estado, como la importación de petróleo) y 36% del flujo comercial es intra-empresas – o sea, entre empresas de un mismo grupo o empresas asociadas. En realidad, no existe libre comercio sino una libertad de comercio entre grandes grupos empresariales; las pequeñas empresas responden apenas por 2% del volumen comercializado y las medianas empresas están disputando entre sí los mismos mercados nacionales.

Por eso, el gran capital financiero, comercial e industrial instalado en el Mercosur presionó abiertamente a los gobiernos para que solucionara los impases y retomase las negociaciones para la eliminación de las barreras tarifarias y no tarifarias que aún persisten. La consolidación de la zona de libre comercio es parte fundamental de las estrategias de esos grupos económicos que en los últimos años regionalizaron sus transacciones comerciales y en algunos casos establecieron redes de producción cada vez más vinculadas a sus estrategias globales. Eso ha traído como consecuencia el crecimiento de las importaciones de terceros mercados, la desnacionalización de los procesos de producción de varios segmentos productivos (industria automovilística, electro-electrónica, informática, etc.) y la continuidad de las privatizaciones de servicios esenciales como telecomunicaciones y energía, que han pasado a las manos de empresas multinacionales, lo que ha significado el encarecimiento de esos servicios y la restricción de su uso por parte cada vez mayor de la población.

El desafío que está puesto para todas las organizaciones sindicales, nacionales y sectoriales, es conseguir que los temas socio-laborales tengan la misma prioridad que las políticas económicas y aduaneras ya tienen y no permitir que esas queden subordinadas a las metas del ajuste neoliberal.

La ausencia de políticas integradas regionalmente en el campo productivo, fiscal y social, permite a las empresas transnacionales una actuación regional, desplazando empresas y producción de un país al otro sin ninguna contrapartida o responsabilidad por el costo social que pueden causar. Y aún más, para instalarse y/o permanecer en nuestros países, grandes grupos empresariales nacionales y multinacionales están exigiendo subvenciones y ventajas fiscales y presionando cada vez más para la reducción de costos del trabajo.

Para eso, nuestros gobiernos han fomentado y hecho efectivas medidas y reformas con el objetivo de la privatización de los servicios públicos y sociales de salud, la privatización de los sistemas de jubilaciones, la flexibilización y retirada de derechos laborales, fomentando

políticas de debilitamiento del movimiento y la estructura sindical, realidad vivida en prácticamente todos los países de Latinoamérica.

La consecuencia de esas políticas ha sido el aumento del desempleo, de la pobreza, el crecimiento del trabajo informal y de la exploración del trabajo infantil y de la marginalización social de una gran parcela de nuestros pueblos que ha sido privada de sus derechos básicos como salud, educación. En otras palabras, el crecimiento de la exclusión social.

Para el gran capital financiero e industrial que hegemoniza la economía mundial y los organismos financieros y comerciales – FMI, OMC – que defienden sus intereses es fundamental no solo la eliminación de las barreras comerciales que aún persisten al interior del Mercosur, sino principalmente que nuestros países abran aún más sus economías y se integren en acuerdos comerciales y hemisféricos como el ALCA, garantizando así el total acceso a nuestros mercados.

En varios documentos en los últimos años, afirmamos a los gobiernos del Mercosur que adherir al ALCA sería un error brutal – pues el extremado desequilibrio económico y productivo entre los EEUU y Canadá y los otros países de América Latina profundizarían aún más nuestra debilidad económica y social – y que la estrategia de atrasar las negociaciones, sin cuestionar los términos y desequilibrios del Acuerdo y actuar como bloque, sin profundizar y consolidar otro modelo de integración, no revertiría ese cuadro estructural y el ALCA sería impuesta en total desventaja para nosotros. Hemos afirmado y reafirmado: para que la estrategia del Mercosur en las negociaciones del ALCA – y también con la Unión Europea – sea efectiva es necesario adoptar medidas que realmente profundicen la integración de nuestras economías, establezcan políticas activas de promoción y financiamiento de la producción y, principalmente, promuevan el desarrollo del mercado regional a través de una política de distribución del ingreso y la promoción social. Como esto implica un profundo cambio de los planes de estabilización adoptados en nivel nacional, nada se modificó y la sobrevivencia del bloque es cada día más dudosa.

Los acontecimientos de los últimos meses y días – dolarización del Ecuador, la negociación del acuerdo de libre comercio entre Chile y Nafta, la propuesta de los EEUU, Canadá y Chile de anticipación de la instalación del ALCA para 2003, que ya venía siendo defendida por el Uruguay u que en esta semana, según informó la prensa, recibió declaraciones de apoyo de funcionarios de los gobiernos del Brasil y Argentina – sólo refuerzan lo que afirmamos antes. La concreción de esos hechos colocará en serios riesgos el futuro del Mercosur e inviablezará propuestas para su fortalecimiento y transformación.

Con esas constataciones, sin embargo, no queremos ser fatalistas y ni deterministas. Nada está firmado y nada es irreversible. Existen contradicciones y divergencias en el seno de los gobiernos y dentro del Mercosur, entre los diferentes segmentos empresariales y dentro de los Parlamentos. Pero no basta aprovechar contradicciones, es necesario construir y fortalecer alianzas políticas con las organizaciones sociales, movimientos populares y los partidos y frentes del campo popular y democrático para presionar por un completo cambio de la forma como nuestros gobiernos vienen actuando en las negociaciones con los otros bloques y principalmente para presionar que las directivas políticas del Mercosur sea redireccionadas hacia la consolidación de una integración económica, social y política solidaria en todo el continente latinoamericano.

Es bajo esa óptica que defendemos la intensificación de las negociaciones del Mercosur y la Comunidad Andina (que a pesar de las promesas de la reunión de Presidentes en septiembre, no avanzaron) y la plena incorporación de Chile y Bolivia en ese proceso.

### **Tenemos conquistas y avances que precisan ser fortalecidos**

A pesar del cuadro crítico y complicado que describimos antes y de los problemas sociales que todos enfrentamos es preciso afirmar y valorizar los instrumentos y espacios que conquistamos en esta década en el proceso de construcción del Mercosur y que tenemos que conocer y utilizar para producir avances sociales.

En primer lugar tenemos que resaltar la capacidad y la voluntad política que tuvimos en construir ese proceso de coordinación e integración entre nuestras organizaciones sindicales, que vienen actuando de forma unitaria y solidaria, lo que nos permite llegar hoy a este segundo encuentro sindical con la participación de cerca de 700 delegados y delegadas de tantos sectores económicos.

Fue esa unidad y construcción paulatina de nuestra organización que nos dio base para una presencia constante y de intervención en los procesos de negociación de los temas sociales y laborales, que resultaron en la adopción de la Declaración Sociolaboral del Mercosur al final de 1998, en la cual están incluidos no solo los derechos humanos fundamentales, como también otros derechos de ámbito regional, como el diálogo social.

Es importante que se diga que a pesar del estancamiento de las diferentes áreas de negociación en 1999 y 2000, no solo en el subgrupo de relaciones laborales se continuó reuniendo, finalizando la implantación del Observatorio del Mercado de Trabajo, de gestión tripartita, que se constituirá en una herramienta de apoyo relevante para nuestras demandas en la cuestión del empleo.

También en ese período la Comisión Sociolaboral tripartita (creada por la Declaración Sociolaboral) fue instalada y elaboró su reglamento interno. En 2001, la Comisión examinará los primeros cuatros informes nacionales sobre el grado de cumplimiento de los principios y derechos que los Estados se comprometieron a cumplir.

Otro instrumento muy importante que puede impulsar la democratización del Mercosur es el Foro Consultivo Económico y Social del Mercosur, aprobado en 1994 e instalado en 1996, en el cual la representación sindical ha tenido un importante papel, no solo para su construcción, sino para que su agenda priorice temas como políticas de promoción productiva, del empleo, defensa del medio ambiente, erradicación del trabajo infantil y el fortalecimiento de la interlocución de la sociedad junto a organismos de decisión del Mercosur como el GMC.

Para la centrales sindicales está claro que con el avance del FCES el Mercosur se democratiza y se amplían los espacios para que la sociedad intervenga en el tratamiento de los temas centrales de la integración, sea en su plano económico y social, sea en el funcionamiento institucional, sea en su relacionamiento externo.

Para eso es preciso traer hacia dentro del FCES entidades que representen los diferentes movimientos y temas de interés de la sociedad, para que el Foro pueda ser un interlocutor con poder de intervención en las negociaciones y la agenda de los gobiernos del Mercosur y dé a la dimensión social de este proceso la prioridad que debe tener. Un ejemplo de este potencial es la creación del Comité Mixto integrado por el Foro Consultivo Económico Social del Mercosur – FCES y por el Comité Económico y Social – CES, organismo supranacional de representación de la sociedad europea junto a los órganos de gobierno de la Unión Europea y la propia propuesta aprobada por los Presidentes del Mercosur y de la Comunidad Andina de Naciones de crear algo similar integrado por el FCES-Mercosur y los Consejos Laboral y Empresarial Andinos.

Pero para tener poder de interlocución es preciso ser representativo. Será con acciones junto a la sociedad del Mercosur que el FCES podrá efectivamente cumplir un papel de representación social y, de esta forma, ganar la influencia política que todavía no disfruta junto a los negociadores. Un ejemplo de esto fue el Encuentro que el FCES promovió con las organizaciones sociales y empresariales de la frontera de Foz de Iguazú/ Ciudad del Este/ Puerto Iguazú, en agosto de este año 2000, para oír y trasladar a los gobiernos las dificultades que todavía a los gobiernos las dificultades que todavía persisten para la integración fronteriza y las soluciones propuestas por las entidades que representan la sociedad local.

### **Consolidar nuestra organización y avanzar en nuestra movilización.**

Podemos decir que avanzamos y conseguimos instrumentos para ampliar nuestra presión política. Pero para poder de hecho incidir en el curso de las negociaciones y, principalmente en la política del Mercosur frente al ALCA, tenemos que fortalecer mucho nuestra organización, fundamentalmente lo sectorial e intensificar una estrategia de coordinación con el sindicalismo

latinoamericano y del Caribe, así como de América del Norte (EEUU, Canadá y México).

Son pasos concretos en esta dirección que esperamos aprobar en esta Cumbre Sindical Mercosur 2000. Nuestra expectativa es que todos los grupos no solo debatan el estado en que se encuentran los sectores económicos y las empresas y la situación de los trabajadores y trabajadoras que representan, sino que aprueben medidas concretas de acción, tracen metas realistas y viables y consoliden vínculos constantes y directos con la CCSCS para recibir informaciones e incidir directamente en las propuestas y decisiones que tomemos.

Queremos en esta Plenaria aprobar propuestas concretas para llevarlas al Foro Social Mundial que se realizará en enero del 2001 en Porto Alegre y fortalecer así una alianza política y social contra esa forma de globalización que nos ha sido impuesta.

Queremos aprobar un Plan de Lucha que presione a los gobiernos del Mercosur para la adopción inmediata de medidas concretas para la promoción del empleo, la elevación de los salarios y la promoción social.

Queremos un Mercosur social e democrático y queremos hacer nuestra la integración de nuestros pueblos. Y en esa dirección realizar una gran movilización durante la reunión de los ministros de comercio y economía del ALCA a comienzos de abril en Buenos Aires para no permitir que los proyectos de negociación de los grupos aprobados. Así como organizar y participar con todo el sindicalismo y las organizaciones sociales de América en la movilización que acontecerá al final del mes de abril en Québec, para no permitir a los presidentes que estarán ahí reunidos la anticipación o la aprobación del ALCA.

***Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur***